



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO

FEIRA INTERNACIONAL DE LUANDA – FILDA 2018

SEMINÁRIO SOBRE O INVESTIMENTO PRIVADO

(Ministro Pedro Luís da Fonseca)

Luanda, 12 de Julho De 2018

Minhas Senhoras Meus Senhores

Aquando da preparação da minha intervenção, questionei-me sobre a melhor forma de a fazer: se a opção seria para uma de ocasião ou uma que privilegiasse algumas abordagens em torno da função económica do investimento.

O enquadramento do seminário despontou em mim o grande interesse que se reveste a abordagem da função económica do investimento. Na verdade, o que constitui desiderato do Executivo é, efectivamente, a criação de condições necessárias para a promoção do crescimento económico. Um crescimento económico suportado pela substituição das importações e diversificação das exportações, com o propósito de aumentar o rendimento nacional e tornar a nossa economia mais resiliente.

Portanto, o crescimento económico de Angola no actual contexto económico não é possível sem a tomada de medidas tendentes a mobilização de poupanças externas, porquanto as internas não existem em volumes requeridos. Ainda que assim não fosse, não devemos perder de vista que o investimento que necessitamos é o mobilizador de tecnologia e know-how, estas susceptível de garantir condições de rivalizar espaço no mercado regional e internacional.

Minhas Senhoras Meus Senhores

Na maior parte das vezes é estabelecida uma relação biunívoca entre investimento e crescimento. A relevância científica está na determinação da quantidade óptima de investimento que permita o crescimento sustentado da produção de bens e serviços, ou seja, a

melhor passagem do sistema económico para as fases sucessivas do processo de transformação endógena. Sem investimento – público e privado – deixam de estar reunidas as condições mínimas para que as transformações estruturais aconteçam em direcção ao aumento da produção, à geração de emprego e ao incremento dos rendimentos.

Continua a ser recorrente confundir-se crescimento com desenvolvimento, valendo, portanto a pena, insistir-se na sua diferenciação. Mesmo sobre o crescimento são importantes considerações sobre as diferenças entre “crescimento económico moderno” na acepção de Simon Kuznets e crescimento económico associado ao capitalismo mercantil ou ao feudalismo. Um dos aspectos diferenciadores do crescimento à Kuznets é a aplicação da ciência aos problemas da produção económica, do que resultou a industrialização, a urbanização e até mesmo um crescimento demográfico exponencial.

O desenvolvimento económico para sê-lo tem de ser um processo socialmente global, participativo e contínuo, isto é, sustentável. O desenvolvimento é acompanhado de alterações estruturais em todos os domínios da sociedade. Na estrutura económica, com a emergência de sectores dinâmicos e estruturantes e avaliadas particularmente pelo peso dos VAB sectoriais (agricultura, manufactura, serviços e outros estruturantes) no PIB global. No domínio social, a marca do desenvolvimento mede-se pela evolução dos indicadores da saúde que garantem a melhoria da produtividade a curto prazo, da educação que asseguram a componente da competitividade estrutural das economias e, no geral, das restantes condições de vida da população.

O investimento é uma componente incontornável do crescimento económico. Por um lado, enquanto variável da procura agregada da economia e, por outro, como elemento da função de produção global. No primeiro caso, ainda que as demais componentes tudo o mais permaneçam invariáveis, o investimento vai determinar o nível geral da actividade económica, factor de relevo para a melhoria das

restantes condições de funcionamento da sociedade, com destaque para o nível de vida da população. É deste ponto de vista que os Relatórios Económicos das grandes instituições económicas e financeiras internacionais – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, OCDE, OMC, etc. –, analisam o crescimento económico mundial e o das várias economias nacionais que o compõem. Assim, o investimento é tratado comparativamente com os outros componentes da procura agregada, tais como o consumo privado, as exportações e os gastos públicos.

Em Angola, a análise que fazemos em relação ao que ocorreu nos últimos anos em termos de contabilidade do crescimento económico, na perspectiva das componentes do crescimento na óptica da procura agregada da economia, constatamos que foi amplamente favorável às componentes externas do Produto Interno Bruto, tais como o investimento privado estrangeiro no petróleo e nos diamantes e as exportações dos correspondentes produtos. Esta estrutura assimétrica nas duas mais importantes variáveis do crescimento económico do nosso País, provocou resultados perversos, tais como a extroversão, a transferência duma importante percentagem de renda para o exterior, a dependência do comportamento dos mercados mundiais (preços e procura) e, talvez o mais importante efeito das economias rendeiiras, a doença holandesa, que deprime o resto da economia e não melhora as condições gerais de vida das populações.

Mas, a análise do investimento, conforme referido anteriormente, tem outra vertente, como seja, a da sua inclusão na função de produção global. E deste ponto de vista as consequências sobre o sistema económico são importantes e estruturais, uma vez que têm na sua origem a produtividade. O investimento – qualquer que seja, é a fonte primária da produtividade, que, por sua vez, é o único factor de incremento sustentável dos salários e dos lucros. Outrossim, a produtividade é a componente essencial da competitividade dos países, que para ser válida e representar, de facto, vantagens comparativas externas, tem de ser estrutural, isto

é, fundada em elementos tais como a tecnologia, a capacidade de produção de conhecimentos ou de adaptação de conhecimentos importados, a qualidade das infraestruturas físicas, da Administração Pública, dos sistemas judicial, de educação e de saúde. Estes são aspectos tratados, com a importância que encerram, em sede do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, em geral e, em particular, no Programa de Fomento da Produção, Substituição das Importações e Diversificação das Exportações.

Minhas Senhoras Meus Senhores

Os níveis de investimentos realizados têm transmitido mais qualidade aos processos de produção, pelo que a destreza em se retirar dos mesmos mais eficiência, seguramente, que aumentou. Porém, o máximo de eficiência depende da excelência da força de trabalho, que no caso angolano, está circunscrita aos sectores de enclave. Nos restantes sectores, a qualidade do trabalho e a sua capacidade de gerar valor acrescentado líquido necessita de ser incrementado, donde se pode afirmar que a produtividade geral da nossa economia não atingiu ainda o nível requerido. Mas, a eficiência depende igualmente daquilo que o Estado faz e tem de fazer, em termos de facilitação do investimento privado, bastando muitas das vezes que as instituições públicas executem com destreza as tarefas e responsabilidades atribuídas constitucional e estatutariamente. No entanto, o Governo entende estar-se, aqui, na presença de dinâmicas de transformação muito fortes. Por isso está a implementar o seu Programa de Reforma do Estado, ciente de que se o seu papel for convenientemente executado, não haverá apenas mais investimento privado, como a sua lucratividade aumentará do que podem resultar mais receitas fiscais para as funções sociais.

Entretanto, consciente de que a economia angolana ainda não reúne condições para que o investimento – privado e público – engendre produtividade em abundância, fazendo-o, tão-somente, em áreas de actividade que dependem de outras condições –que

existem – para funcionarem, trazemos para este Seminário representantes dos diferentes sectores com o objectivo de difundirem o que vimos fazendo e o perspectivamos com o único propósito de melhorarmos o ambiente incitativo do sector privado.

Minhas Senhoras Meus Senhores

Os efeitos do investimento sobre a economia dependem da perspectiva temporal em que a análise se coloque. A curto prazo, e em determinadas condições, o investimento pode gerar pressões inflacionistas, bastando que a capacidade interna de absorção seja inferior ao montante global do incremento do estoque de capital. Porém, são tensões relativamente fáceis de controlar por intermédio da política orçamental traduzida na gestão equilibrada dos seus diferentes binómios, como despesas correntes/despesas de capital ou da política monetária por via do controlo dos agregados da base monetária, ou de um “*policy mix*” adequado. Estes aspectos não revelam preocupações, na medida em que temos em marcha o Programa de Estabilização Macroeconómica, cujo objectivo é, precisamente a estabilidade das variáveis macroeconómicas.

O mesmo se pode passar em relação ao investimento privado, muito embora a sua lógica de actuação seja radicalmente diferente, o que provoca, eventualmente, uma menor capacidade de pressão sobre os preços. Na verdade, o investimento privado depende da taxa de juro e das condições de crescimento da economia, sendo particularmente por este último motivo que a sua afluência ao nosso País tem sido enorme. Dependendo do tipo de investimento privado, a sua capacidade para aumentar a oferta interna é muito mais imediata do que a do investimento público, donde a correspondente contribuição para que o índice geral de preços não se altere substancialmente.

Numa óptica temporal mais alargada, as considerações já são diferentes. Normalmente, o investimento de curto prazo é de substituição – reposição de capacidades de produção ou melhoria de

certos segmentos processuais tecnológicos - ou de capital de giro, destinado a garantir o funcionamento eficiente das unidades fabris e a constituição de estoques. Mas, o investimento privado apresenta, igualmente, capacidade de aumentar o produto potencial da economia, também conhecido como o produto de pleno emprego. Neste sentido, o investimento privado gera incremento de capacidade produtiva, ainda que não integralmente aproveitada no momento da sua efectivação. Normalmente, a instalação de novas capacidades de produção obedece a uma programação temporal, tendencialmente crescente e tributária do comportamento da procura intermédia e final. O seu impacto económico pode ser enorme, nomeadamente sobre o produto nacional e o emprego.

Por essa razão, o objectivo da política económica do Governo é o de aumentar o máximo possível o emprego, consciente que é uma das vias para mitigar a pobreza e tornar o processo de geração de renda mais sustentável, pelo que a priorização será a favor dos sectores de menor intensidade em capital. Porém, como há também a intenção de otimizar o crescimento do produto nacional, por arrastamento, da produtividade e da competitividade, com o propósito de promover a diversificação das exportações, os empreendimentos de maior intensidade tecnológica e de capital também deverão ser objecto de eventuais medidas discriminatórias da política económica. Em suma, o Executivo continuará a promover o "trade-off" da política económica com o qual se tem preocupado nas suas diferentes abordagens da estratégia de desenvolvimento.

Em Angola, a constatação é de apenas o investimento privado, particularmente o estrangeiro, na actividade de extracção petrolífera, que comporta as esferas de prospecção/investigação, a que mais directamente se relaciona com a criação de produto potencial, de tecnologia e de exploração propriamente dita, tem tido uma influência marcante no crescimento do Produto Interno Bruto.

Todavia, esta situação pode apresentar contornos diferentes no final do Plano de Desenvolvimento Nacional (2022), cuja elaboração se baseou num profundo e abrangente diagnóstico sobre a situação

económica e social, levando ainda em devida conta trabalhos anteriores, em especial os concebidos depois da ocorrência da crise económica e financeira de 2014, ao conjugar programas específicos relacionados com a intenção de se debelarem desequilíbrios e se conseguirem estabilidades propiciadoras de atracção de capitais privados. Estão neste caso dois: o Programa de Estabilização Macroeconómica e Sustentabilidade Fiscal (merecedor de referências positivas do Fundo Monetário Internacional, mas também eivado de tremendos desafios no que à conciliação entre propósitos especificamente económicos e objectivos sociais se refere) e o Programa de Fomento da Produção Nacional, Substituição de Importações e Diversificação das Exportações.

Entretanto, as considerações sobre eventuais/prováveis/desejáveis ligações entre os investimentos privados e algumas das macrovariáveis não se quedam pelas que se anotaram anteriormente.

De facto, existem investimentos privados que atraem outros investimentos privados, dando origem ao que na Teoria Económica se chama de indivisibilidade do investimento, ou que modernamente se convencionou chamar de "*clusters*". Os investimentos induzidos são muito pouco expressivos em Angola. Espera-se que depois da melhoria substancial do ambiente de negócios, um dos propósitos do Programa de Reforma do Estado e beneficiação substancial das infraestruturas de transportes, os investimentos induzidos ganhem substância, porque são os mais talhados para a multiplicação do rendimento e a geração de emprego.

Em conclusão direi que o Plano de Desenvolvimento Nacional almeja recuperar as dinâmicas de crescimento da nossa economia registadas no período 2002/2008, sendo uma das condições nucleares para a afluência do investimento privado, embora a sua sustentabilidade dependa de outros factores, como a flexibilidade dos processos burocráticos, a ligeireza de funcionamento das instituições públicas, a eficiência dos sistemas de ensino, a qualidade das infraestruturas e o índice do risco-país (que mede o grau de aceitação e credibilidade do País no exterior).

Os efeitos sobre o emprego, ainda que positivos, dependem, sempre, duma série de aspectos relacionados com as características intrínsecas dos investimentos, não sendo seguro que mais crescimento económico, provocado ou induzido pelo investimento, desemboque, necessariamente, em muito emprego, sendo certo que sem crescimento económico, o desemprego aumenta.

A política económica, nas suas diferenciadas vertentes sectoriais e regionais, levará em muito boa conta as especificidades dos comportamentos microeconómicos e definir as medidas consoante as reacções específicas das variáveis e dos agentes em presença.